

SUMÁRIO

1. LEI DE INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Aspectos gerais de Direito Privado.....	1
1.1.1 Introdução.....	1
1.1.2 As fontes do direito. A lei. As formas de integração da norma jurídica e as <i>ferramentas do sistema jurídico</i>	2
1.1.2.1 Fontes formais, diretas ou imediatas.....	2
1.1.2.2 Fontes não formais, indiretas ou mediatas.....	5
1.1.3 A lei como fonte principal do direito brasileiro. O problema das lacunas da lei.....	6
1.1.3.1 Da vigência das leis no tempo.....	8
1.1.3.2 Da vigência das leis no espaço.....	17
1.1.3.3 Principais classificações da lei.....	20
1.1.3.4 A interpretação das leis.....	23
1.1.3.5 As fontes diretas secundárias: a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito. Estudo específico e aprofundado.....	25
1.1.3.6 As fontes não formais, indiretas ou mediatas: a doutrina, a jurisprudência e a equidade.....	34
1.1.4 As antinomias ou lacunas de conflito.....	38
1.2 Da proteção do ato jurídico perfeito, da coisa julgada e do direito adquirido (arts. 6.º da Lei de Introdução e 5.º, XXXVI, da CF/1988). Relativização da proteção.....	42
1.3 As normas específicas de Direito Internacional Público e Privado constantes na Lei de Introdução. Breves comentários.....	49
1.4 Breve análise das inclusões feitas na Lei de Introdução pela Lei 13.655/2018. Repercussões para o Direito Público.....	60
1.5 Resumo esquemático.....	66
1.6 Questões correlatas.....	69
Gabarito.....	80

2. ENTENDENDO O CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	81
2.1 Introdução	81
2.2 Codificar é preciso? O <i>Big Bang</i> legislativo e o sistema solar	82
2.3 Visão geral do Código Civil de 2002. Diretrizes básicas da sua elaboração	86
2.4 Os princípios do Código Civil de 2002 segundo Miguel Reale.....	91
2.4.1 O princípio da eticidade.....	91
2.4.2 O princípio da socialidade.....	94
2.4.3 O princípio da operabilidade.....	96
2.5 Fundamentos teóricos e filosóficos da atual codificação privada. O Direito Civil Contemporâneo ou novo Direito Civil. Influências da <i>ontognoseologia jurídica</i> de Miguel Reale no Código Civil de 2002	100
2.6 Direito Civil e Constituição. Amplitude da expressão Direito Civil Constitucional. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	105
2.7 O diálogo das fontes.....	116
2.8 Resumo esquemático	121
2.9 Questões correlatas	123
Gabarito	125
3. ANÁLISE DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. PARTE GERAL. DA PESSOA NATURAL	127
3.1 Da pessoa natural, humana ou física. Conceitos iniciais. Personalidade e capacidade. A situação jurídica do nascituro	127
3.1.1 Os absolutamente incapazes	139
3.1.2 Os relativamente incapazes.....	146
3.1.3 Teoria geral da representação	151
3.1.4 Da emancipação	153
3.2 Os direitos da personalidade na concepção civil-constitucional.....	157
3.2.1 Introdução. Conceito de direitos da personalidade. Análise da técnica da ponderação e do seu tratamento no Novo CPC.....	157
3.2.2 Classificação e características dos direitos da personalidade.....	171
3.2.2.1 Direitos inatos, ilimitados e absolutos	174
3.2.2.2 Direitos intransmissíveis e indisponíveis.....	182
3.2.2.3 Direitos irrenunciáveis.....	183
3.2.2.4 Direitos imprescritíveis.....	185
3.2.2.5 Direitos impenhoráveis e inexpropriáveis.....	187
3.2.3 Os direitos da personalidade e as grandes gerações ou dimensões de direitos.....	188
3.2.4 Previsões legais de proteção aos direitos da personalidade no Código Civil de 2002.....	190

3.3	Domicílio da pessoa natural	231
3.4	Morte da pessoa natural	236
3.4.1	Morte real.....	236
3.4.2	Morte presumida sem declaração de ausência. A <i>justificação</i>	238
3.4.3	Morte presumida com declaração de ausência	239
3.4.3.1	Da curadoria dos bens do ausente (arts. 22 a 25 do CC)	240
3.4.3.2	Da sucessão provisória (arts. 26 a 36 do CC).....	241
3.4.3.3	Da sucessão definitiva (arts. 37 a 39 do CC).....	244
3.4.4	Da comoriência	246
3.5	O estado civil da pessoa natural. Visão crítica	248
3.6	Resumo esquemático	254
3.7	Questões correlatas	259
	Gabarito	272
4.	DA PESSOA JURÍDICA	273
4.1	Introdução. Conceito de pessoa jurídica. Regras gerais.....	273
4.2	Principais classificações gerais da pessoa jurídica	278
4.2.1	Quanto à nacionalidade	278
4.2.2	Quanto à estrutura interna	278
4.2.3	Quanto às funções e capacidade	279
4.3	Da pessoa jurídica de direito privado. Figuras previstas no art. 44 do CC.....	280
4.3.1	Das fundações particulares.....	280
4.3.2	Das associações.....	284
4.3.3	Das sociedades.....	292
4.3.4	Das organizações religiosas e dos partidos políticos. Corporações <i>sui generis</i>	293
4.3.5	Das Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRELI)	296
4.4	Regras de Direito Intertemporal quanto às pessoas jurídicas	298
4.5	Domicílio das pessoas jurídicas	300
4.6	Extinção da pessoa jurídica e destinação dos bens.....	300
4.7	Da desconsideração da personalidade jurídica	302
4.8	Entes ou grupos despersonalizados	327
4.9	Resumo esquemático	328
4.10	Questões correlatas	331
	Gabarito	341
5.	DO OBJETO DO DIREITO. OS BENS	343
5.1	Conceito de bens	343

5.2	Principais classificações dos bens	347
5.2.1	Classificação quanto à tangibilidade.....	347
5.2.2	Classificação dos bens quanto à mobilidade	348
5.2.3	Classificação quanto à fungibilidade	351
5.2.4	Classificação quanto à consuntibilidade	352
5.2.5	Classificação quanto à divisibilidade	353
5.2.6	Classificação quanto à individualidade.....	354
5.2.7	Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados).....	356
5.2.8	Classificação em relação ao titular do domínio	362
5.3	Do bem de família.....	365
5.3.1	Introdução. Concepção civil-constitucional do bem de família. A nova dimensão da ideia de patrimônio.....	365
5.3.2	O bem de família convencional ou voluntário	370
5.3.3	O bem de família legal.....	373
5.4	Resumo esquemático	395
5.5	Questões correlatas	399
	Gabarito	408
6.	TEORIA GERAL DO NEGÓCIO JURÍDICO	409
6.1	Fatos, atos e negócios jurídicos. Conceitos iniciais.....	409
6.2	Do ato jurídico em sentido estrito ou ato jurídico <i>stricto sensu</i>	417
6.3	Do negócio jurídico	418
6.3.1	Principais classificações dos negócios jurídicos.....	420
6.3.2	Os elementos constitutivos do negócio jurídico	423
6.3.2.1	Introdução. Os três planos do negócio jurídico. A Escada Pontiana.....	423
6.3.2.2	Elementos essenciais do negócio jurídico	427
6.3.2.3	Elementos naturais ou identificadores do negócio jurídico ...	440
6.3.2.4	Elementos acidentais do negócio jurídico.....	441
6.4	Estudo do negócio jurídico processual e o seu tratamento no CPC/2015	449
6.5	Resumo esquemático	460
6.6	Questões correlatas	462
	Gabarito	468
7.	DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO E TEORIA DAS NULIDADES.....	469
7.1	Introdução. Classificação dos vícios do negócio jurídico.....	469
7.2	Do erro e da ignorância.....	470

7.3	Do dolo	475
7.4	Da coação	480
7.5	Do estado de perigo	483
7.6	Da lesão	487
7.7	Da fraude contra credores.....	492
7.8	O novo tratamento da simulação.....	506
7.9	Da invalidade do negócio jurídico. A teoria das nulidades do negócio jurídico.....	514
7.9.1	Introdução.....	514
7.9.2	Da inexistência do negócio jurídico	515
7.9.3	Da nulidade absoluta	517
7.9.4	Da nulidade relativa ou anulabilidade.....	526
7.10	Resumo esquemático	535
7.11	Questões correlatas	536
	Gabarito	550
8.	DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002. O TRATAMENTO DIFERENCIADO	551
8.1	Introdução.....	551
8.2	Da prescrição	554
8.2.1	Conceito de prescrição	554
8.2.2	Disposições gerais sobre a prescrição.....	555
8.2.3	Das causas impeditivas e suspensivas da prescrição	575
8.2.4	Das causas de interrupção da prescrição	583
8.2.5	Dos prazos de prescrição previstos na Parte Geral do Código Civil. As ações imprescritíveis	589
8.2.6	Prescrição e direito intertemporal	597
8.3	Da decadência. Conceitos e disposições gerais	602
8.3.1	Prazos de decadência.....	606
8.4	Resumo esquemático	608
8.5	Questões correlatas	612
	Gabarito	622
9.	A PROVA DO NEGÓCIO JURÍDICO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002. VISÃO ATUALIZADA DIANTE DO CPC/2015.....	623
9.1	Introdução. A necessidade de o Código Civil trazer um capítulo específico quanto à prova.....	623
9.2	Os meios de prova previstos pelo Código Civil de 2002. Análise das regras constantes da atual codificação privada.....	625

9.3 Presunções, perícias e investigação de paternidade. Tratamento legal e análise prática	654
9.4 Confrontação entre o art. 221 do Código Civil e o art. 784, II, do CPC/2015, correspondente ao art. 585, II, do CPC/1973. Aplicação do estudo das antinomias ou lacunas de conflito.....	660
9.5 Do tratamento da ata notarial e da carga dinâmica da prova no Código de Processo Civil de 2015.....	663
9.6 Resumo esquemático	667
9.7 Questões correlatas	668
Gabarito	675
BIBLIOGRAFIA.....	677